



A ATIVIDADE DO TRABALHO COMO MEIO PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE DOCENTE: UMA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA

Paulo Roberto Vieira Júnior¹

Faculdade Pitágoras (BH -MG)
Universidade Salgado de Oliveira (BH-MG)
Fundação Helena Antipoff (IBIRITÊ-MG)

Eloisa Helena Santos²

Centro Universitário UNA BH/MG
Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local

Resumo

Este artigo é produto de dissertação de mestrado, construída a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória que analisou estratégias para manutenção da saúde pela atividade docente. Para tal realizou entrevistas semiestruturadas com seis professores do Ensino Fundamental de duas escolas da região metropolitana de Belo Horizonte - MG que desde a posse no cargo de professor não se afastaram de suas atividades por motivos de doença. As crescentes estatísticas de desordem física e emocional que atingem essa categoria desencadeadora de sucessivos pedidos de licença médica e até abandono da profissão (*Síndrome de Burnout*), bem como a necessidade da busca de soluções para estes fenômenos justificaram sua realização. Seu objetivo geral foi descobrir quais as estratégias utilizadas por estes docentes para manutenção da saúde. Os relatos foram analisados por meio do referencial ergológico proposto pelo filósofo francês Yves Schwartz e sua equipe. A partir desta perspectiva concluiu-se que os “professores saudáveis” criam e recriam constantemente estratégias para solucionar problemas no cotidiano laboral. No hiato entre a subjetividade e as normas antecedentes do trabalho, os educadores produzem renormalizações que explicam o êxito que logram na luta em prol da busca e manutenção da saúde e dessa forma não aumentem as estatísticas de adoecimento docente no Brasil.

Palavras chave: Trabalho docente. Normas antecedentes. Renormalizações. Estratégias de enfrentamento.

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local - UNA BH-MG, Especialista em Treinamento Desportivo-UGF-RJ, Graduado em Educação Física UFMG.

paulorassa@yahoo.com.br

² Professora do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA (Belo Horizonte, Brasil). Membro da Rede Franco-lusófona Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento. Doutora em Educação, Pós-Doutora em Sociologia do Trabalho e em Ergologia. Professora adjunta da Faculdade de Educação da UFMG onde trabalhou até 2003. Membro fundador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação do qual foi coordenadora. eloisasantos@uaivip.com.br



WORK ACTIVITY AS A WAY OF MAINTAINING TEACHER'S HEALTH: AN ERGOLOGIC PERSPECTIVE

Abstract

This article is the product of a qualitative study that discussed strategies for health maintenance by teaching. For this, semi-structured interviews were conducted with six elementary school teachers from two schools in the metropolitan region of Belo Horizonte – MG who did not need sick leave since they started working as teachers in those institutions. The increasing statistics of physical and emotional disorders that reach that category, triggering successive requests for sick leave and even abandonment of the profession, as well as the need for solutions to the phenomena, justifies its implementation. Its general purpose was to find out which strategies were used by these teachers for health maintenance. The reports were analyzed based on the ergologic referential proposed by Yves Schwartz and his team. Based on this perspective it was possible to conclude that "healthy teachers" constantly create and recreate strategies to solve problems in everyday work. In the confrontation between subjectivity and history of labor standards, educators produce renormalizations that explain their success in the struggle for the pursuit and maintenance of health.

Key words: Teaching. Previous standards. Renormalizations. Coping strategies.

A ATIVIDADE DO TRABALHO COMO MEIO PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE DOCENTE: UMA PERSPECTIVA ERGOLÓGICA

Introdução

O presente artigo tem por objetivo, apresentar os resultados da dissertação intitulada: "Renormalizações: estratégias para manutenção da saúde docente" que traz em seu bojo dados sobre o fenômeno do não adoecimento docente analisado pela perspectiva ergológica e visa possibilitar maiores reflexões sobre o trabalho docente e a construção de estratégias para manutenção de saúde pela atividade docente. Esta pesquisa foi realizada em um município da região metropolitana de Belo Horizonte com professores de Ensino Fundamental da rede pública. Visa, ainda, a indicar sugestões e recomendações para a construção de mecanismos de intervenção para o fenômeno do adoecimento docente que se manifesta na rede. Em um universo de 41 professores efetivos de duas escolas da rede de ensino, apenas seis não se afastaram de suas atividades por problemas de saúde desde sua posse.

Pretendeu-se, da mesma forma, desvendar a atividade desses professores com o intuito de descobrir quais são as estratégias que eles utilizam para evitar o adoecimento docente.



A produção de conhecimentos a que se propôs buscou interagir conhecimentos teóricos e práticos que fomentassem construções participativas por meio das estratégias desenvolvidas pelos próprios docentes, em especial os “professores saudáveis”.

Metodologia

De caráter exploratório e descritivo esta pesquisa qualitativa permitiu a análise do trabalho docente pelo viés da ergologia, que se constitui em uma ferramenta para transformação do trabalho pela ótica dos trabalhadores e baseia-se nas crenças, nos valores e nos significados que estes atribuem ao mesmo (MINAYO et al, 2009; SCHWARTZ, 2007). Para este fim foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com professores escolhidos em função dos critérios de inclusão: a) não terem registro de afastamento por motivo de doença trabalhista; b) serem efetivos; c) lecionarem no turno da manhã para turmas de ensino fundamental (5º. ao 9º. ano). A escolha da amostra por docentes efetivos se ampara na alta rotatividade dos educadores temporários e contratados. Em relação aos turnos investigados é neste que se oferta o ensino fundamental. As entrevistas ocorreram entre julho e dezembro de 2010. O grupo de educadores investigado foi composto por cinco mulheres e um homem com idades entre 30-42 anos, pós-graduados, com no mínimo oito e no máximo vinte anos de profissão. Destes educadores quatro possuem dois cargos públicos.

Além disso, foram realizadas análise documental (fichas funcionais) e pesquisa bibliográfica sobre os temas: trabalho docente, ergologia e saúde. Quanto às entrevistas semiestruturadas foram discutidos os eixos: atividade docente, normas antecedentes e renormalizações, e estratégias de enfrentamento para manutenção da saúde utilizadas em sala de aula e fora dela. Os princípios éticos para esta pesquisa foram adequados a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde recebendo aprovação sem restrições pelo Comitê de Ética do Centro Universitário UNA-BH. Baseado nos dados coletados buscou-se articular os referenciais teóricos para fundamentar a análise dos conteúdos.

O ambiente laboral docente

A sala de aula é um espaço a ser decifrado, onde se manifestam conflitos nos campos: político, social, econômico, cultural, entre outros. Nela se materializa o trabalho docente, que é um objeto de estudo amplamente propenso a novas descobertas tecnológicas, à construção de conhecimentos, a transformações nas ações educacionais. Se, por um lado, a sala de aula proporciona essas manifestações, por outro pode induzir ao adoecimento docente. Esse adoecimento é provocado por sobrecarga de atividades, precárias condições de trabalho, desvalorização profissional, fatores de risco do próprio ambiente (salas de aula pequenas, excessos de alunos, elevado nível de ruídos) etc. Tudo isso contribui para a aquisição de doenças ao longo da carreira, que geralmente é manifestada por meio de absenteísmo,



afastamento e até abandono da atividade profissional (CODO, 2006; NOUROUDINE, 2004; WISNER, 1994).

Recente estudo realizado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), exibido pelo Jornal Extraclasse³ (2010), informou que os profissionais do ensino constituem uma das três maiores categorias de trabalhadores do Brasil, ficando atrás apenas de escriturários e empregados do setor de serviços. Esse grande contingente de trabalhadores tem sido exposto a transformações contínuas no mundo do trabalho e estas têm produzido impactos em sua saúde (DELCOR et al., 2004; REIS et al., 2006; SYLVANI NETO et al., 1998).

O papel sócio-histórico reportado ao professor o coloca em lugar diferenciado no contexto educacional, sendo atribuídas a ele funções de grande importância e valor. Nestas últimas duas décadas, observa-se que os professores, além das funções docentes tradicionais, assumem novas atribuições (psicólogo, assistente social, disciplinário, enfermeiro, entre outros) para as quais não se encontram habilitados (GOMES, 2002). Esse novo conjunto de atribuições, além de tornar a atividade mais severa e desgastante, torna-a cada vez mais responsável pela formação humana do aluno, necessitando, assim, manter-se em boas condições de saúde para o bom desempenho de suas atividades.

Diante disso, tendo em vista as observações desses novos papéis e os agravos impostos a essa atividade, percebe-se que a ausência desse profissional no ambiente escolar, em especial por motivos de saúde, gera transtornos na gestão escolar, de ordem pedagógica e administrativa. Pedagógica, o cumprimento do programa da disciplina não é finalizado; administrativa, mobilização de outros funcionários para “cobrirem” sua ausência. Estes elementos justificam a necessidade da busca de soluções para evitar o adoecimento docente e abrem espaço para a construção de novos saberes que se articulem com os saberes instituídos para fins de minimizar este fenômeno que se manifesta no trabalho docente.

O trabalho docente uma perspectiva histórica

Investigações sobre o trabalho docente são realizadas no Brasil desde o final da década de 1970 (MANCIBO 2007). Com o passar das décadas o conceito desse trabalho passou por redefinição de funções e acréscimo de especificidades. É válido registrar que a utilização desse termo é mais recente e indica relativo período ao início dos anos 1990. De acordo com Ludke e Boing (2007), outras terminologias eram empregadas para reportar-se ao trabalho docente, como, por exemplo, “trabalho educativo” e “trabalho pedagógico”. Entretanto, percebe-se que nas várias nomenclaturas apresentadas pela literatura esses termos se confundem, produzindo certa dificuldade em desvinculá-los. Percebe-se que, apesar do tema de estudo ser o mesmo, este é tratado por diversos enfoques pelos pesquisadores. Dessa

³ Jornal mensal editado pelo SINPRO Minas (Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino de Minas Gerais) que apresentou, em sua seção Educação, a matéria intitulada: Pesquisa da UNESCO aponta os desafios da profissão docente no país.



forma, isto gera imprecisão conceitual que dificulta a clareza e a objetividade em se definirem as funções do trabalho docente.

Portanto, não é simples apresentar uma única definição, bem como delimitar claramente as funções do professor. As atividades que lhe são delegadas transitam entre ensinar conteúdos, despertar aptidões e promover o aprendizado. É um trabalho que se manifesta em meio às relações humanas e seu contexto operacional é intenso devido ao extenso rol de funções que deve desempenhar. Tudo isto, de certa maneira, exige do trabalhador docente mais esforço e como tal sobrecarrega suas atividades levando-o ao adoecimento docente.

Para o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2001, p. 4), as incumbências delegadas aos docentes devem, prioritariamente:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Percebe-se que, de acordo com esse parecer, as atividades executadas pelos professores possuem caráter multifacetado que se materializa por grande quantidade de funções a se realizar. Na impossibilidade de se criar as delimitações dessas funções ressaltam-se a importância e o valor desempenhado nas atividades docentes.

Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010), inserida nas indicações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as atividades executadas pelos professores de Ensino Fundamental são agrupadas em 109 atividades. Como parte destas, salienta-se: desenvolver atividades para reflexão sobre a questão da cidadania; aprender novas tecnologias; revelar interesses multidisciplinares, contribuir para o desenvolvimento de relações de solidariedade entre os alunos; incentivar a participação dos alunos nos projetos comunitários; assumir funções administrativo-pedagógicas, entre outros.

Além do CNE e da CBO, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) resume as funções exercidas no trabalho docente ao reconhecer que esse profissional tem posição de destaque na sociedade, atribuído pela responsabilidade em preparar o cidadão para a vida (OIT, 1984). A aparente simplicidade apresentada por essa definição contrasta com a complexidade de se preparar alguém para a vida. Analisada sob a ótica da formação continuada, o ininterrupto processo de aprendizagem pelo qual passa um indivíduo faz com que essa função seja cumprida gradativamente e não em um período específico de sua escolaridade.

Segundo Gomes (2002, p.22), o “sistema educativo tem produzido novos desafios para o magistério, em face da rapidez das novas demandas sociais”. Além de suas disciplinas, os professores devem discutir os temas transversais: sexualidade, meio ambiente, educação para o trânsito, voto



consciente, consumo, qualidade de vida, uso de drogas, noções de higiene, homofobia, racismo, prevenção de doenças, etc.

Não bastassem todos esses encargos, suas tarefas diárias ainda são influenciadas por: a) constante mutação que vem sofrendo a educação e seus objetivos; b) imprevisibilidade dos acontecimentos escolares; c) individualidade e diversidade dos discentes; d) a variedade cultural que cerca o contexto escolar local (OLIVEIRA, 2004; 2005).

Por essa ampliação das funções do trabalho docente, o que se espera desse trabalhador é que ele possa ir muito além da tradicional intermediação dos processos de ensino-aprendizagem. Espera-se que o mesmo possa garantir importante articulação entre a escola e a sociedade, além de participar dos processos de gestão e planejamento escolar (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005, p. 191). Nota-se, assim, que o trabalho docente se revela complexo, sendo a ele atribuídas responsabilidades de grande importância e de elevado grau de significado social que naturalmente produzem expectativas para melhoria da qualidade da educação.

Em detrimento ao amplo repertório apresentado, mostra-se, ainda, adaptável, em constante mutação e influenciável pelos quadros locais, tornando-se espaço de redefinição constante, de transformação, retransformação dinâmica que lhe concede a possibilidade do novo em cada instante. Uma definição para o trabalho docente, por mais extensa que se apresente, sempre denotaria um sentido de incompletude, mesmo ressaltadas sua importância e relevância social.

Historicamente inserido nesse cenário, os professores vivem em constante movimento de redescobrir seu papel no cenário social e reconstruir sua atividade (MANCEBO, 2007). Nesse caso, verifica-se que esse mover é uma produção quase que imaterial e sempre a se reinventar, que sofre influência do seu poder criador, de suas escolhas, de seus valores, de sua história de vida (SCHWARTZ, 2000). Entretanto, a atividade docente também tem conduzido esse trabalhador não somente a exigências intelectuais para a elaboração e o desenvolvimento de suas atividades, como também provoca exigências físicas e cognitivas (CODO, 2006), além de um fenômeno inelutável que é o envelhecimento que ocorre na “inter-relação entre o estado do indivíduo numa dada época e os acontecimentos vividos por ele” nos ambientes e decorrentes da atividade desempenhada (WISNER, 1994, p. 25).

As faces do adoecimento dos professores

Diversas são as manifestações dos adoecimentos que impactam a saúde do professor, entre eles citam-se: a) disfonia e outros problemas com as cordas vocais; b) problemas osteomusculares; c) incômodos articulares; d) problemas circulatórios; e) transtornos psicológicos como mau-humor, depressão, ansiedade, irritabilidade, angústia, desânimo, entre outros (DELCOR et al., 2004).

Todas essas causas intervenientes no adoecimento dos trabalhadores não podem ser explicadas isoladamente e precisam ser



avaliadas a partir de uma perspectiva multifatorial, tamanha é a quantidade de variáveis e elementos que interferem, direta ou indiretamente, no fenômeno.

Em síntese, os estudos realizados sobre o trabalho docente e a relação saúde/doença têm sido abordados a partir destes eixos temáticos: a) mal-estar docente, b) síndrome de *Burnout*, c) problemas de saúde vocal; d) o fenômeno *bullying* (CARLOTTO, 2002; CODO, 2006; ESTEVE, 1999; FERREIRA et al., 2009; FRANCISCO; LIBÓRIO, 2009; GRILLO; PENTADO, 2005; LOPES NETO, 2005; MENDES, 2002; PENTEADO; PEREIRA, 2007; TRIGO et al, 2007; VIANELLO, 2006).

Os fatores de riscos no trabalho

Todo esse rol de elementos, potencialmente perigosos à saúde dos trabalhadores citados anteriormente, constituintes das más-condições de trabalho, pode ser agrupado como fator de risco e deve ser identificado na tentativa de bloquear os danos que provoca ao trabalhador (NOUROUDINE, 2004). Tratar as questões referentes à saúde do trabalhador consiste em estabelecer ações propositivas que vão desde a detecção dos riscos, passando pela produção de conhecimentos sobre esses fatores até a implementação dos procedimentos preventivos.

Antes de qualquer coisa, para se criarem estratégias de defesa ou prevenção é fundamental que sejam identificados os fatores de risco. Para Nouroudine (2004), esses fatores são agrupados em riscos técnicos e materiais. Para um trabalhador da indústria, os fatores de risco material seriam os produtos químicos, a radiação, o excesso de ruído, etc. No trabalho dos professores, os fatores de risco material seriam caracterizados e estabelecidos pelo excesso de ruídos nas salas de aula, pela exposição ao pó de giz, ato de ficar muito tempo de pé, desgaste da voz, exposição em ambientes fechados que induzem a diversas doenças contagiosas, etc.

Os fatores de risco técnico estariam em ambos os casos ligados à forma de realizar a atividade, à execução dos movimentos, às ações motoras propriamente ditas. Agravos advindos desses fatores podem ser exemplificados pelas lesões de esforço repetitivo (LER) comuns a atividades impactadas por alto número de movimentos semelhantes (WISNER, 1994).

Segundo Nouroudine (2004), depois de identificados e conhecidos esses elementos, procede-se à sua prevenção. Nos canteiros de obra, vários são os meios para proteção dos trabalhadores. Usam-se luvas, capacetes, sapatos reforçados, óculos de proteção, entre outros, que concorrem para diminuição dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. No tocante ao profissional docente, as condutas preventivas apresentam-se menos efetivas. Supõe-se que o caráter mais intelectual dessa atividade é menos detectável quanto aos acidentes trabalhistas. Os fatores de risco técnico ou material ocorrem aparentemente em escala menos reduzida. Entretanto, sua baixa incidência não justifica o descaso com sua importância, existência de fatores motivadores e busca de soluções.

Para Nouroudine (2004, p. 42), “estando a causa exatamente definida e os efeitos exatamente conhecidos por antecipação, pode-se determinar exatamente os meios capazes de impedir a causa de um efeito nocivo”.

O trabalho docente possui, nas suas particularidades, uma diversidade de variáveis causais que afetam a saúde e expõe os trabalhadores a diversos riscos que são materializados nas condições de trabalho. A parte imprevisível dessa atividade subordinada aos fatores humanos e subjetivos dos docentes é que se torna a dimensão mais atraente dessa busca de estratégias e soluções (CANGUILHEM, 2000, SCHWARTZ, 2007).

Mesmo com esses fatores de risco laboral, os “professores saudáveis” desenvolvem estratégias de enfrentamento para manutenção da saúde em um processo contínuo de debates de normas ao produzir a renormalização de suas atividades (SCHWARTZ, 2007).

Ergologia: conceitos e objetivos

Segundo Schwartz (2007, p. 37), a perspectiva ergológica tem como objetivo “melhor conhecer e, sobretudo, melhor intervir sobre as situações do trabalho para transformá-las” em prol do bem-estar físico, psíquico e intelectual do trabalhador. Conhecer o trabalho é uma tarefa altamente complexa e fazê-lo sem valorizar os saberes de quem o executa torna-se inviável. A perspectiva ergológica requer confrontar experiência de vida e de trabalho e por esse debate melhor compreender a relação entre a saúde e atividade do trabalho (SCHWARTZ, 2007).

Na perspectiva ergológica nos espaços de trabalho coexistem formas de cultura e acumulação de patrimônios que seriam relacionados a saberes e valores de fundamental importância para melhorar a compreensão da vida nos espaços laborais (SCHWARTZ, 2000). Nessa proposta o autor afirma a necessária aproximação da ciência aos locais de trabalho para que as relações entre as dimensões da cultura, da educação e do trabalho possam ser mais bem elucidadas (SCHWARTZ, 2000).

Brito (2004) completa essa análise reafirmando que a abordagem ergológica é construída em virtude de questionamentos sobre as transformações do trabalho e a partir destes faz dialogar os saberes das diversas áreas do conhecimento com os conhecimentos provenientes do trabalhador.

É importante esclarecer que a ergologia não se configura como ciência, mas como um pensamento filosófico, uma forma de entender o trabalho como espaço de construção e de vida que se apropria dos conhecimentos de várias ciências para analisá-lo.

Pelo viés da ergologia, entende-se que cada trabalhador se apropria do trabalho que lhe é imputado, mas não se despe de sua história, de seus valores éticos para fazê-lo. Influencia, mas também é influenciado: ao mesmo tempo em que deve cumprir uma série de tarefas ditadas por normas que lhe são prescritas, ele as reinventa constantemente. Essas duas esferas



estão, portanto, em constante interação é nesse ponto que a abordagem ergológica propõe intervir.

A atividade do trabalho detém, portanto, certo grau de imprevisibilidade e, como não se pode listar completamente o que a constitui, manifesta-se aí a chamada infidelidade do meio. Segundo Schwartz (2007, p. 191), “o meio é sempre mais ou menos infiel, ele jamais se repete exatamente de um dia para outro ou de uma situação para outra”.

Ao trazer esse contexto para o cotidiano dos professores, nota-se que são inúmeras as infidelidades a que ele é exposto: a) recursos tecnológicos que não funcionam; b) impressão de avaliações não entregue; c) sala de aula com goteiras; d) desaparecimento de objetos em sala de aula; e) atitudes de indisciplina; f) perguntas que não se sabe responder, enfim, a imprevisibilidade inerente à atividade docente faz de cada situação um momento único, repleto de vida e novidade.

Essas situações conduzem o trabalhador a utilizar suas capacidades, seus recursos, suas escolhas conscientes e inconscientes para tentar enfrentar essas infidelidades. A atividade do trabalho incorpora, portanto, vários contornos e se apresenta como um lugar onde a vida se manifesta, onde os saberes do trabalhador lhe conferem o “poder de realizar”, o fazer de outra forma, onde se criam as renormalizações (SCHWARTZ, 2007).

Esse panorama enquadra o trabalho docente e se aplica igualmente à educação, pois a educação está em constante mutação e permite novas descobertas a partir das mãos daqueles que a pensam e dos que a realizam.

De acordo com Schwartz (2001), o trabalho docente é produto de uma prescrição antecedente e dos efeitos da transformação imposta pelo professor. Os docentes deparam-se a todo o momento com normas que devem ser cumpridas e por suas ações é que eles as reconfiguram.

O renormalizar faz parte das ações cotidianas desse tipo de trabalho e, como tal, pode ser inserido no campo da atividade humana. As renormalizações são, em suma, a parte criativa, a assinatura do trabalhador, os traços singulares ditados por sua subjetividade e que dão contorno à atividade humana.

Por esse viés percebe-se que o trabalhador docente transforma o seu entorno, pois muito além de ser um mero executante dos aspectos normativos do trabalho, como o que é comum a qualquer trabalhador, ele é fonte de um potencial criativo que interfere em seu ambiente e no contexto escolar que o envolve.

Neste artigo se afirma que as normas antecedentes prescritas aos docentes se materializam em duas esferas. A primeira, pelas determinações advindas da Secretaria de Educação, como: a) calendário; b) formato da recuperação; c) projetos interdisciplinares; entre outros. Essas normas antecedentes realmente saturam o ambiente escolar, sendo relatadas com ênfase pelos “professores saudáveis”, ora como aspecto positivo ora como aspecto negativo.



A ergologia e a busca da saúde docente

Na busca de soluções para o adoecimento docente, o referencial ergológico focaliza a atividade do trabalho dos professores e se torna instrumento diferenciado para compreender como se processa o adoecimento dos trabalhadores e os seus mecanismos de reação.

Dessa maneira, o referencial ergológico apoia-se na transformação do trabalho e na possibilidade, sempre presente, de renormalização do docente como uma importante perspectiva de mudar determinada realidade laboral para a construção da saúde. O trabalho docente define-se, então, como elemento importante para constituir o quadro de saúde dos professores, pois os meios disponibilizados para vencer os sofrimentos e as dificuldades no trabalho serão definidos por eles (os professores) (BRITO, 2004).

Uma avaliação não impressa no dia correto, por exemplo, obriga o professor a tomar uma decisão imediata. A partir desse fato, arbitra e pode decidir por: a) adiar a prova; b) escolher outra forma de avaliar; c) passar as questões no quadro, etc. Isso exemplifica uma infidelidade do meio. O planejado nem sempre se estabelece e exige do trabalhador escolhas a todo o instante.

Portanto, as renormalizações seriam saídas desenvolvidas pelos professores como forma de diminuir as tensões no trabalho. O adoecimento seria explicado por fatores ligados a não reconfiguração do meio em que o professor atua, devido à imprevisibilidade e falta de controle que ele tem das variáveis que o cercam (CANGUILHEM, 2000; SCHWARTZ, 2000).

As normas presentes no projeto político pedagógico (PPP), o Regimento Interno e os projetos ocasionais que devem executar acabam por orientar e conduzir as ações dos professores. Essas normas impostas pela gestão escolar definem as regras e as condutas administrativo-pedagógicas que tornam os espaços escolares sujeitos às renormalizações. As imposições abrem espaços que permitem a criação de estratégias para solucionar a imprevisibilidade dos acontecimentos.

A abordagem ergológica propõe, então, uma intervenção nas esferas da prevenção, promoção e construção da saúde do trabalhador. A compreensão e a análise do trabalho docente foram alcançadas em função dos estudos dessa atividade. Esse relatório traz resumidamente o desvendar da atividade docente e as estratégias de enfrentamento para o adoecimento dos “professores saudáveis”, fundado na perspectiva ergológica.

Normas antecedentes no trabalho docente

O conceito de normas antecedentes relaciona-se a regras que o trabalhador tem que cumprir para alcançar os objetivos de seu trabalho. São as formas prescritas e previstas para sua realização. De acordo com Vieira (2003, p. 55), “as normas antecedentes são um conjunto de dispositivos que compõem o ordenamento e antecedem a atividade do trabalho”. No contexto escolar pode-se exemplificar que: a) projeto político pedagógico; b) calendário



escolar; c) projetos interdisciplinares; d) determinações dos conselhos de classe; e) condutas administrativo-pedagógicas (preenchimento e entrega de diários); f) formato da recuperação, entre outros, são normas antecedentes que pretendem direcionar cada situação de trabalho a ser executado.

É nesse espaço do “formal” e por meio da abordagem ergológica que se buscou identificar quais as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos “professores saudáveis” do município, para minimizarem os problemas enfrentados dentro da sala de aula na atividade do trabalho e fora dela.

Para tal, não há como analisar um trabalho sem compreender as experiências dos trabalhadores. Cada trabalhador tem a possibilidade de deferir e deliberar sobre cada uma das prescrições que lhe são determinadas, independentemente do estabelecido por: a) projetos políticos pedagógicos (PPP); b) programas de curso de cada disciplina; c) decisões dos conselhos de classe; d) determinações dos gestores externos e internos.

Diante disto, o decidir como fazer ocorre de acordo com suas convicções, suas crenças, seus valores, seu entendimento da pertinência de cada uma das prescrições. Nas situações concretas, o professor se confronta com o prescrito e arbitra sobre onde, quando e como renormalizar. De acordo com Vieira (2003, p. 57), o professor é um sujeito vivente que ao se confrontar com as normas prescritas “luta sempre para criar”. Assim, exerce sua capacidade produtiva por meio de novas normas, objetivando transformar tanto o meio que o cerca como o trabalho em que se insere.

Conceito de saúde por Canguilhem

Segundo Canguilhem (2000), as dimensões saúde e doença são constitutivas de um processo dinâmico em que uma se insere na outra, mesmo que não se confundam; são dimensões que se aproximam, apesar de diferentes. O autor afirma que saúde é a capacidade de estabelecer novas normas e enfrentar as adversidades do meio. Baseado nesta afirmação pode-se deduzir que os “professores saudáveis” possuem a capacidade de renormalizar e combater os agentes nocivos do meio em que se inserem.

De acordo com Canguilhem (2000, p. 145), a linha que separa essas duas dimensões “é imprecisa para diversos indivíduos considerados simultaneamente, mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente”. Deve-se, portanto, medir o sentido de normalidade de um indivíduo ao lançar o foco de análise em suas peculiaridades. Assim, é importante evitar comparações e relações com a média de um grupo de indivíduos ou de um ser com outro. A normalidade deve ser analisada no indivíduo em comparação com ele próprio.

Um exemplo desse tipo de reação seria o procedimento do docente frente a uma atitude de indisciplina. Deparado com assédio moral, o docente sabe comumente como proceder e reagir de maneira semelhante diante disso, se já desenvolveu estratégia para tal.

O estado patogênico se configuraria a partir do momento em que o docente não consegue mais reagir da mesma forma diante desse tipo de situação. Isto significa que ele se tornou incapaz de reagir, de modificar e



transformar esse acontecimento devido a um desvio de suas condições subjetivas. Sua conduta passa a ser diferente e gera consequências em sua saúde, conduzindo a um estado patogênico.

A abordagem defendida por Canguilhem (2000) traz importante contribuição para a compreensão do fenômeno dos “professores saudáveis”, pois, para o autor, não é o meio que produz o adoecimento ou a manutenção da saúde, mas sim as condições do indivíduo examinado e sua capacidade normativa.

Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que “os professores saudáveis” possuem mais capacidade singular de renormalizar, são mais normativos, o que é uma característica subjetiva deste grupo. Na mesma direção são definidores dos processos de busca e construção de saúde e influenciadores das reações dos indivíduos frente a cada infidelidade do meio e ao vazio de normas com o qual se depara.

Resultados e discussão

A principal característica que define os “professores saudáveis” das duas escolas investigadas é o não afastamento do trabalho docente por motivo de saúde. Esses docentes não se licenciaram de suas atividades por problemas de saúde desde a posse na escola.

A amostra constitui-se de educadores com o mínimo de oito e o máximo de 20 anos de experiência no trabalho docente. A faixa etária compreendeu-se entre 30 e 42 anos de idade. Todos os entrevistados iniciaram a carreira antes do licenciamento e possuem pós-graduação.

Interessante destacar que: a) dos seis professores entrevistados, apenas um é do sexo masculino; b) nenhum professor vai para a escola de ônibus; c) quatro são solteiros e duas são casadas; apenas uma das docentes tem um cargo público e não possui outro trabalho, os demais possuem dois cargos públicos; d) jamais foram agredidos fisicamente pelos alunos; e) nenhum dos entrevistados pensou em abandonar a profissão; f) quatro moram com os pais; g) duas complementam a renda familiar com o esposo. Isso pode ser explicativo para menos insatisfação destes com o salário recebido.

De acordo com os entrevistados, o relacionamento com os sujeitos da comunidade escolar é satisfatório. Afirmam não entrar em rota de colisão com os alunos. Os mesmos consideram-se criativos e motivados.

Justificam o descontentamento com algumas normas antecedentes por não terem participado da sua elaboração. Acreditam que algumas normas prescritas contribuem para o bom andamento da escola (horários de entrada e saída, prazo para entrega de notas, etc.). Mesmo assim, afirmam ter liberdade para realização da atividade docente.

Os baixos salários e o pouco reconhecimento que recebem não é fator de desmotivação para os “professores saudáveis”. Tais aspectos não os impedem de realizar o trabalho docente com qualidade, nem contribuem para o adoecimento e possível abandono da carreira. Em contrapartida, é válido registrar que estão insatisfeitos com as duas situações. Para minimizar essa



insatisfação, reivindicam seus direitos ao participar dos movimentos de greves por melhores salários e condições de trabalho.

Apesar de insatisfeitos com as condições de trabalho ofertadas pelo município, atestam buscar estratégias para minimizar essas situações, entre elas pontuam: a) imprimir cópias em casa; b) trazer material de outra escola; c) usar a cota de cópias de outra instituição; d) comprar o próprio material; e) trazer material de casa (som e DVD); entre outras. Estas são apenas algumas das ações promovidas pelos “professores saudáveis” para enfrentar a falta de material e as inadequadas condições de trabalho. Tudo isso, sem dúvida, são fatos que comprovam a postura pró-ativa desses educadores na busca de soluções para melhorar a realização da atividade docente.

De forma geral, transparece satisfação com a atividade docente. Frases como: “eu amo de paixão o que eu faço” (PROFESSORA P-4), “eu não me vejo fazendo outra coisa” (PROFESSOR P-1), e “quando eu venho para escola eu descanso” (PROFESSORA P-5) ilustram a relação satisfatória que os “professores saudáveis” desenvolvem com a atividade docente.

Pelos depoimentos, pode-se constatar que os “professores saudáveis” são profissionais que vivenciam problemas no ambiente escolar, mas apresentam enfrentamentos: a) em relação aos cuidados com a voz denotam bom nível de informação e uso de estratégias preventivas; b) em sua maioria praticam esportes e atestam ter práticas de lazer para combate ao estresse; c) consideram-se afetivos, compreensivos, amigos e preocupados com a formação integral dos discentes; d) possuem autoestima elevada, reconhecem a importância da atividade que desenvolvem e igualmente a relevância social do trabalho que desempenham; e) esforçam-se para não serem privados da vida social. Ademais, revelaram grande satisfação quanto ao fato de alunos egressos retornarem à escola e afirmarem sentir saudade do tempo em que conviveram com eles. Por fim, enfatizaram possuir liberdade para criar e recriar sua atividade a cada dia.

Os “professores saudáveis” ainda: a) realizam tanto atividades individuais quanto em pequenos grupos, como recurso para minimizar os desgastes físicos e preservar a voz; b) sabem lidar com a indisciplina; c) consideram que o número de 30 alunos em sala não interfere na atividade planejada - explicaram que estes recursos são requisitados em alguns períodos do ano, como sextas-feiras e finais de semestres; d) afirmaram que a espiritualidade os auxilia na realização da atividade docente; e) utilizam filmes, aulas livres, momentos de recreação e dinâmicas para tornar a atividade docente menos impactante para si e para aos alunos; f) confirmaram mudar constantemente as atividades docentes em sala de aula em função de alguma demanda dos alunos (sexualidade, uso de drogas, violência, etc.). Em virtude desses itens, pode-se afirmar que são trabalhadores que renormalizam.

No tocante às normas prescritas, os “professores saudáveis” são aqueles que: a) inicialmente assumem posturas reativas, principalmente quando as tarefas são impostas; b) por outro lado, ao compreenderem que as normas possuem caráter facilitador para desenvolvimento das atividades docentes, mostram comprometimento; c) evidenciaram aptidão ao debate de

normas e transformação das normas antecedentes; d) afirmaram ter períodos de cansaço e nervosismo, mas desenvolvem estratégias para combatê-los; e) confirmaram que suas crenças, valores e escolhas interferem em suas decisões cotidianas singulares para desvencilhar-se delas.

A partir das análises dos depoimentos, pode-se notar que após serem conduzidos à comparação de seus atos cotidianos com o de outros professores, consideraram, em sua maioria, que agem de forma diferente de seus pares. Ao final das entrevistas, refletiram e conscientizaram-se de que os atos de renormalização, as estratégias despendidas dentro e fora da escola constituem-se em seu conjunto de mecanismos de enfrentamento para manutenção da saúde.

Em resumo, é possível afirmar que “os professores saudáveis” são profissionais que praticam constantes atos de renormalização e desenvolvem cotidianamente ações estratégicas de enfrentamento para manutenção da saúde. Sua capacidade de criar e recriar estratégias é muito exercitada.

Como exemplos dessa criatividade e poder inovador cita-se duas ações peculiares:

- A Professora P-3 criou uma estratégia substitutiva ao uso do crachá (norma) no auge da pandemia de gripe suína H1N1. O tradicional instrumento para controlar o trânsito de alunos fora da sala de aula foi substituído por um pequeno papel que continha o destino, o horário e o nome do aluno. Ao retornar à classe, o papel era descartado pelo próprio aluno para evitar o contágio, que foi justificado pela docente pela ineficiência na assepsia;

- a segunda estratégia foi construída pela Professora P-4. Para conseguir a atenção e, conseqüentemente, o silêncio dos alunos, a docente escreve no quadro o nome do aluno que está conversando e vai apagando letra por letra do nome na medida em que esse aluno se mantém em silêncio. Essas duas ações denotam o poder de criação dessas trabalhadoras no incessante processo de criação e recriação da atividade do trabalho.

- A Professora P-5 afirma jamais discutir com os alunos e exemplificou como ação corriqueira sair de sala antes de se exaltar e entrar em rota de colisão com os discentes. Contou que uma aluna ficou rebolando após um pedido para desligar o celular e ela nada disse apenas saiu de sala.

- A Professora P-6 por sua vez disse: “eu só escuto o que eu quero” e que não bate boca com aluno. Característica semelhante à postura da Professora P-5.

- Outra ação encontrada nas falas dos educadores é registrar e documentar qualquer fato que possa comprometer o docente. “É a sua fala contra a fala do aluno e eles são muito unidos, a sala fica toda do lado do colega. Eu registro tudo, peço para registrar para mim e eu assino” (PROFESSORA P-6).

Nota-se que nestas micro-ações os docentes desenvolvem estratégias de enfrentamento que contribuem para manutenção de seu estado de saúde. É correto afirmar que estas ações nem sempre parecem intencionais, mas indicam uma produção de saberes e de conhecimentos que



podem explicar em parte a manutenção da saúde desta população nos ambientes de trabalho.

Considerações finais

As sugestões e recomendações aqui listadas pretendem, de forma geral, proporcionar momentos de reflexão para educadores e gestores. No primeiro momento, visa a criar ambiente para uma discussão coletiva e multidisciplinar do fenômeno do adoecimento docente e no segundo momento propor várias estratégias para combate ao adoecimento docente. Esse fenômeno afeta diretamente o educador, mas desencadeia um processo em que a engrenagem escolar se desarticula como reflexo do absenteísmo e dos afastamentos por motivos de doença. Os problemas resultantes provocam impactos nas áreas pedagógica, administrativa, financeira e de saúde do município. Tomando por base os depoimentos dos professores e o pressuposto pela perspectiva ergológica, sugere-se:

- Criar (grupo macro) uma Comissão Educacional Avançada do Município (CEAM), composta de professores, orientadores pedagógicos, diretores de escola, assistentes sociais, psicólogos, ergonomistas, ergologistas e médicos, para firmar discussão multidisciplinar para a construção de soluções para o combate ao adoecimento docente a partir dos saberes e das construções dos docentes.
- Criar (grupo local) uma Comissão de Análise da Atividade Docente (CAAD) composta de atores da comunidade escolar (professores, pedagogas, diretores) em cada unidade de ensino para construir e registrar estratégias com foco na saúde do trabalhador para posterior informação às Secretarias de Educação e Saúde.
- Proporcionar cursos de qualificação em ergologia para que os professores se apropriem dessa ferramenta de análise e transformação do trabalho e por meio desta sejam conduzidos a reflexões sobre sua atividade docente e sobre os mecanismos para manutenção e construção da saúde.
- Realização de seminários temáticos: sobre *bullying*, síndrome de *Burnout* e cuidados com a voz, envolvendo os diversos sujeitos da comunidade escolar para viabilizar a criação de estratégias para estas demandas.
- Realizar reuniões pedagógicas quinzenais para construção coletiva de ações estratégicas relacionadas ao adoecimento e socialização de experiências.
- Rediscutir o projeto político pedagógico nas unidades de ensino visando a orientar a atividade docente (demanda apontada pelos “professores saudáveis”).
- Realização de parcerias da Secretaria de Educação com outras secretarias (Saúde, Planejamento) para promover a intersetorialidade na definição de estratégias para o combate ao adoecimento docente.
- Promover campanhas de incentivo à produção de ideias inovadoras para fins de elaboração de um livro com estratégias pedagógicas utilizadas em sala de aula realizadas pelos próprios docentes do município



para combate ao adoecimento como forma de valorizar as criações dos trabalhadores.

Por fim, sugere-se a realização de mais pesquisas e reflexões sobre estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelos trabalhadores docentes e a construção de ações coletivas para manutenção da saúde docente. Registra-se, ainda, que o referencial ergológico deva ser utilizado dentro dessa perspectiva de construção de saberes e valorização da criatividade dos trabalhadores. A ergologia se apresentou como uma ferramenta sólida para análise e transformação do trabalho no incessante mover da busca por soluções para os problemas da atividade docente.

Referências

BRITO, Jussara. Saúde do trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. Cap. 4. In: FIGUEIREDO, Marcelo. et al. (org.). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 91-114.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Trad. Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas & Luiz Octávio Ferreira Leite. 5. edição. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2000.

CARLLOTO, Massimo S. Síndrome de Burnout e o trabalho docente. Maringá: **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan-jun. 2002.

CBO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. 4ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer 009/2001**. Diretrizes para a formação de professores da educação básica em nível superior. Aprovado em 08 de maio de 2001.

DELCOR, Núria Serre et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Rio de Janeiro: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20 n.1, p.187-196, janeiro/fevereiro, 2004.

ESTEVE, José Maria. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: Edusc., 1999.

FERREIRA, Léslie Picolotto et al. Políticas públicas e voz do professor: caracterização das leis brasileiras. **Revista Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 14, n. 1, p. 1-7, 2009.



FRANCISCO, Marcos Vinicius; LIBORIO, Renata Maria Coimbra. Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. **Psicologia Reflexiva: Crítica**. [on-line]. v. 22, n.2 p. 200-207, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-7972. doi: 10.1590/S0102-79722009000200005. Acesso em dezembro de 2010.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, ago. 2005.

GOMES, Luciana. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. Fundação Osvaldo Cruz, 2002. Dissertação (Mestrado): Escola Nacional de Saúde, Rio de Janeiro, 2002.

GRILLO, Maria Helena Marotti Marteletti; PENTEADO, Regina Zanella. Impacto da voz na qualidade de vida de professore(a)s do ensino fundamental. Barueri: **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 17, n. 3, p. 321-330, set.-dez. 2005.

JORNAL Extraclasse. Pesquisa da UNESCO aponta os desafios da profissão docente no país. Belo Horizonte: *Jornal Extra Classe*, Educação, n. 131, p. 9, fev. 2010.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. Porto Alegre: **Jornal de Pediatria**. (Rio Janeiro), v. 81, n. 5, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de janeiro de 2011. doi: 10.1590/S0021-75572005000700006.

LUDKE, Menga; BOING, Luís Alberto. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus quase (100) números. **Educação e Sociedade**, 2007, v. 28, n. 100, Especial, p. 1179-1201. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em dezembro de 2010.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 99, 2007, p. 466-482. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em dezembro de 2010.

MENDES, F. M. P. **Incidência de burnout em professores das ciências biológicas e da saúde da Universidade Tuiuti do Paraná**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) Florianópolis, 2002.



MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli, F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 108.

NOUROUDINE, Abdallah. Risco e atividades humanas: acerca da possível positividade aí presente. Cap. 2. In: FIGUEIREDO, M. et al. (org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro, DP&A, 2004, p. 37-62.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004.

_____. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 753-775, Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em dezembro de 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A condição dos professores**: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ UNESCO, 1984.

PENTEADO, R. Z.; PEREIRA, M. T. B. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p. 236-43, 2007.

REIS, Eduardo José Farias Borges et al. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 229-253, abril de 2006.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**. Revista do NETE, n. 7, p. 38-46, julho/dezembro, 2000.

_____. Entrevista com Yves Schwartz: trabalho e educação. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, n. 38. p.5-17. março/abril de 2001.

_____. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, 2007.

SILVANY NETO, Annibal Muniz et al. Condições de trabalho e saúde em professores da rede particular de ensino na Bahia: estudo piloto. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 24, n. 91/92, p. 115-124, 1998.

TRIGO, Telma Ramos et al. Síndrome de Burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 5, p. 223-233, 2007.



VIANELLO, Luciana. **Uso da voz em sala de aula**: o caso de professores readaptados por disfonia. Escola de Medicina, 2006. Dissertação de Mestrado, Escola de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

VIEIRA, Luís Henrique F. **Adesão ou recusa à transformação da organização do trabalho docente**. Faculdade de Educação, 2003, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). FAE, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

WISNER, Alan. **A inteligência no trabalho**: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

Enviado em: 30/07/2011

Aceito em: 11/11/2011